

Orçamento da União para 2004 eleva gastos sociais em R\$ 7 bi

PROPOSTA DO GOVERNO LULA PARA O ANO QUE VEM DESTINA MAIS DE R\$ 42 BILHÕES PARA A ÁREA SOCIAL, ALÉM DE AMPLIAR RECURSOS PARA A INFRA-ESTRUTURA E A PRODUÇÃO

O primeiro Orçamento definido pelo governo Lula, apresentado ao Congresso no início de setembro, amplia os gastos com a área social e dá início ao projeto estratégico de estimular o crescimento econômico, com a recuperação da infra-estrutura do país e os incentivos à produção. Para o secretário-geral do PT e relator do Orçamento no Congresso, deputado Jorge Bittar (RJ), “vamos fazer um processo de retomada do crescimento econômico de maneira duradoura, que é a estratégia fundamental do governo Lula”.

Bittar destaca, por exemplo, que o Orçamento indica um crescimento de R\$ 40 bilhões nas receitas em 2004, como resultado do crescimento previsto de 3,5% no PIB (Produto Interno Bruto, soma de bens e serviços produzidos pelo país). “Esse crescimento será possível porque, neste ano, o governo cumpriu o seu papel, adotando medidas duras, como o contingenciamento orçamentário e a elevação momentânea das taxas de juros, mas conseguindo conter a inflação e reduzir a vulnerabilidade externa”, afirma.

Com o aumento de receitas, foram elevados, na comparação com 2003, a previsão de gastos com as áreas social, de infra-estrutura e produção. No social, considerando apenas os recursos que podem ser livremente destinados pelos ministérios, serão R\$ 42,4 bilhões, um incremento de 19,9% em relação a este ano (confira abaixo). Na infra-estrutura, o aumento será de 30,3%. Na produção, 62,8%.

Quando se considera, porém, as despesas globais (que incluem os gastos determinados pela Constituição e todos os outros), o orçamento da área social chega a R\$ 69,9 bilhões, um valor 16,3% superior ao de 2003. Na comparação com todos os gastos previstos, as despesas com o social representam 59,4%. Os ministérios da Saúde e da Educação serão os que terão mais recursos para gastar livremente, de R\$ 29 bilhões e R\$ 7,8 bilhões, respectivamente.

De acordo com Bittar, os recursos destinados ao Programa Fome Zero estão sendo ampliados também com a decisão do governo de unificar os programas de transfe-

rência de renda para os mais pobres. Os cinco programas atuais serão fundidos em um só, que terá pelo menos R\$ 5,3 bilhões em 2004 — R\$ 1 bilhão a mais do que neste ano.

“Esse novo trabalho será focado nas famílias, de tal maneira que haja um cadastro único. As famílias terão recursos proporcionais ao número de filhos e terão obrigações, como manter os filhos na escola, que adultos sejam alfabetizados e desempregados passem por requalificação. O Fome Zero funcionará como um grande coordenador de ações de governo no combate à miséria, articulando os recursos de diferentes ministérios, tendo capacidade de planejar e executar ações de maneira ágil”, diz o relator.

O Orçamento começará a ser discutido no Congresso paralelamente ao PPA (Plano Plurianual) para 2004-2007, que contém as prioridades de investimento no governo Lula. Na expectativa de Bittar, o PPA deverá estar aprovado até outubro e o Orçamento, até dezembro.

Leia mais nas pág. 2 e 3



O secretário-geral do PT e relator do Orçamento de 2004, deputado Jorge Bittar (RJ)

A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE OS MINISTÉRIOS

Segundo a proposta de Orçamento da União para 2004

	Realizado 2002	Previsto ¹ 2003	Proposto 2004	Participação percentual			Variação percentual	
				2002	2003	2004	2003/2002	2004/2003
Total	52.002,1	48.782,4	60.317,5	100,0	100,0	100,0	-6,2	23,6
Poderes de Estado, Administração e Economia	8.794,5	7.125,6	9.441,0	16,9	14,6	15,7	-19,0	32,5
Advocacia Geral da União	47,6	54,1	103,6	0,1	0,1	0,2	13,7	91,5
Agência Brasileira de Inteligência (Abin)	27,9	29,9	38,0	0,1	0,1	0,1	7,2	27,1
Gabinete da Presidência	207,9	309,6	528,7	0,4	0,6	0,9	48,9	70,8
Gabinete da Vice-Presidência	2,2	1,9	2,5	0,0	0,0	0,0	-13,6	31,6
Defesa	4.399,9	3.261,6	4.140,0	8,5	6,7	6,9	-25,9	26,9
Justiça	1.055,8	1.018,3	1.200,0	2,0	2,1	2,0	-3,6	17,8
Relações Exteriores	791,3	536,4	800,0	1,5	1,1	1,3	-32,2	49,1
Fazenda	1.777,7	1.495,7	1.643,6	3,4	3,1	2,7	-15,9	9,9
Planejamento ²	352,7	286,8	850,9	0,7	0,6	1,4	-18,7	196,7
Transferências Fazenda	131,4	131,5	133,8	0,3	0,3	0,2	0,1	1,7
Área de Produção	1.322,7	856,8	1.395,1	2,5	1,8	2,3	-35,2	62,8
Agricultura	716,5	425,7	660,9	1,4	0,9	1,1	-40,6	55,3
Desenvolvimento	376,4	303,0	459,2	0,7	0,6	0,8	-19,5	51,6
Turismo	221,3	121,9	200,0	0,4	0,2	0,3	-44,9	64,1
Pesca	8,5	6,2	75,0	0,0	0,0	0,1	-27,1	1.109,7
Área Social	34.261,3	35.342,1	42.371,9	65,9	72,4	70,2	3,2	19,9
Segurança Alimentar	15,4	1.722,3	400,0	0,0	3,5	0,7	11.083,8	-76,8
Mulheres	3,3	4,1	20,0	0,0	0,0	0,0	24,2	387,8
Direitos Humanos	58,2	23,6	48,5	0,1	0,0	0,1	-59,5	105,5
Igualdade Racial	0,0	8,8	15,0	0,0	0,0	0,0		70,5
Assistência Social	1.243,4	984,1	1.515,6	2,4	2,0	2,5	-20,9	54,0
Cultura	151,4	129,5	220,0	0,3	0,3	0,4	-14,5	69,9
Previdência Social	1.713,3	1.229,2	1.388,5	3,3	2,5	2,3	-28,3	13,0
Desenvolvimento Agrário	856,3	713,2	1.005,6	1,6	1,5	1,7	-16,7	41,0
Esporte	279,7	53,1	122,1	0,5	0,1	0,2	-81,0	129,9
Trabalho e Emprego	845,5	522,8	780,0	1,6	1,1	1,3	-38,2	49,2
Saúde	22.456,0	23.023,8	29.045,3	43,2	47,2	48,2	2,5	26,2
Educação	6.638,7	6.927,5	7.811,3	12,8	14,2	13,0	4,4	12,8
Área de Infra-Estrutura	7.623,5	5.458,0	7.109,6	14,7	11,2	11,8	-28,4	30,3
Ciência e Tecnologia	1.328,7	1.885,1	2.003,9	2,6	3,9	3,3	41,9	6,3
Cidades	1.141,1	393,0	550,0	2,2	0,8	0,9	-65,6	39,9
Comunicações	372,6	446,9	499,9	0,7	0,9	0,8	19,9	11,9
Integração Nacional	1.438,1	238,6	797,7	2,8	0,5	1,3	-83,4	234,3
Minas e Energia ³	446,5	445,8	548,9	0,9	0,9	0,9	-0,2	23,1
Meio Ambiente	508,3	349,3	411,3	1,0	0,7	0,7	-31,3	17,7
Transportes ³	2.388,4	1.699,2	2.297,9	4,6	3,5	3,8	-28,9	35,2

¹ Em 2003 há reserva de R\$ 219,7 milhões a ser alocada nos órgãos do Poder Executivo

² Em 2004, R\$ 454,9 milhões referem-se a reajuste de benefícios assistenciais dos servidores do Executivo, a ser distribuído entre os ministérios

³ Em 2002, não estão sendo considerados gastos extraordinários com a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (R\$ 1.080,2 milhões) e com transferências da malha rodoviária federal para Estados (R\$ 1.796,7 milhões)

Nota: Parte das despesas do Programa Fome Zero estão distribuídas em outros ministérios além do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar

Fonte: Ministério do Planejamento

GOVERNO

Orçamento visa geração de empregos, renda e consumo

PARA O DEPUTADO
JORGE BITTAR,
ESTRATÉGIA
MARCA AÇÃO DO
GOVERNO LULA

O secretário-geral do PT e relator da proposta de Orçamento no Congresso, deputado Jorge Bittar (RJ), afirmou que o texto apresentado no início de setembro reitera a estratégia fundamental do governo Lula, de promover um crescimento econômico de novo tipo, mais justo social e regionalmente. "Há um foco em setores específicos, como os que geram muitos empregos", destacou o parlamentar.

"O Orçamento do ano que vem será melhor, mas ainda impregnado pela herança do governo anterior, que nos obriga a megasuperávits para controlar a dívida que só cresceu nos últimos anos", avaliou o deputado. Neste sentido, disse Bittar, a aprovação das reformas da Previdência e tributária são fundamentais para que o país volte a crescer.

O relator do Orçamento destaca na proposta o incentivo à agricultura familiar, que receberá financiamento de R\$ 5,4 bilhões e está associada ao programa de reforma agrária. "Também é preciso incluir o financiamento da grande agricultura, cerca de R\$ 32 bilhões, que é fundamental para o crescimento econômico e para as exportações", afirmou.

No âmbito da reforma agrária, a meta de assentar 60 mil famílias no campo será cumprida até o final de 2004. Os recursos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) são suficientes para assentar 25.108 e as outras 35 mil famílias serão atendidas com terras públicas, devolutas ou cedidas, por exemplo.

Ainda no objetivo da geração de empregos, os recursos orçamentários poderão ser combinados com financiamentos, por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), de projetos para empresas que produzem para o mercado interno — "porque um dos objetivos do governo Lula é criar um grande mercado interno de consumo de massas, com um ciclo de trabalho, renda e consumo", destacou Bittar — e também para aquelas que querem exportar.

Fundos regionais

O Orçamento da União para 2004 destina ainda quase R\$ 4 bilhões para o finan-



Lula dirige colheitadeira; agricultura empresarial e familiar estão entre prioridades

ciamento produtivo em diferentes regiões do país. Isso indica, segundo o relator da proposta, que os recursos estarão sendo dirigidos aos setores que mais interessam ao governo neste momento. "Por isso, o governo recriou a Sudec (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e a Sudam (da Amazônia) e vai recriar também a Sudeco (do Centro-Oeste), com um volume de recursos considerável e mais transparência no uso dos recursos para evitar a corrupção e a ineficiência que ocorreram no passado", disse Bittar.

Outros exemplos, de acordo com o deputado, podem ser encontrados na destinação das verbas para infra-estrutura e para a produção. "Quando se melhora as condições de infra-estrutura, melhora-se as condições de funcionamento econômico, abrindo a possibilidade de geração de empregos", afirmou.

"Na área de infra-estrutura, vale destacar a recuperação de nossas estradas, que estão todas sucateadas. Isso aumenta brutalmente o custo

dos produtos no local de destino, seja no mercado interno ou no externo", disse Bittar, que também fez um alerta: "A infra-estrutura é hoje um verdadeiro gargalo na retomada do crescimento, seja na área de transportes ou de energia. Se nós não investirmos agora, poderemos ter uma nova crise de energia no futuro".

Ainda na área de infra-estrutura, outras ações terão também impactos sociais. São exemplos disso as obras de saneamento básico, que terão R\$ 1,4 bilhão, as de habitação popular, que receberão R\$ 457 milhões, a oferta de energia às comunidades isoladas, com R\$ 61,5 milhões, e a construção de barragens e adutoras, principalmente no semi-árido nordestino, com R\$ 103 milhões.

Transportes e pesca

Além da recuperação das estradas, os investimentos em transportes envolvem a destinação de R\$ 700 milhões para Marinha Mercante, por exemplo, uso da Petrobras e da Docenave, que exporta minérios para a Companhia Vale do Rio Doce. "Hoje, por

exemplo, o Brasil gasta US\$ 6 bilhões por ano com o frete de navios estrangeiros. Há uma estratégia clara do governo Lula de produzir navios e plataformas de petróleo no Brasil, o que gera tecnologia e empregos para milhares de pessoas. Assim, a indústria naval estará sendo recuperada, com fundos para a Marinha Mercante e com recursos do BNDES", afirmou Bittar.

No âmbito da produção, um dos destaques da proposta de Orçamento é a destinação de R\$ 75 milhões para a Secretaria de Aquicultura e Pesca, fato considerado marcante pelo deputado Bittar. "Pela primeira vez se dá atenção ao setor no país. Seja na pesca industrial, em que queremos que embarcações brasileiras explorem o potencial em vez de embarcações estrangeiras, ou na pesca artesanal, com as colônias de pescadores. Nesse sentido, o objetivo é semelhante ao da agricultura, em que queremos incentivar o agronegócio e também a agricultura familiar", disse.

OPINIÃO

O PT e os cargos públicos

José Genoíno

No processo de montagem do governo, o PT defendeu dois critérios para que seus integrantes ocupassem cargos de livre provimento: o da competência e o da idoneidade. A direção do partido fez gestões junto a seus aliados para que também adotassem esses critérios. Nas trocas de equipes governamentais, principalmente quando se mudam centenas ou milhares de ocupantes de cargos, deve ser encarado como algo possível de acontecer que em alguns postos se cometam equívocos ou nomeações inadequadas. A experiência e o tempo se encarregarão de revelar essas inadequações e cabe ao governo corrigi-las.

Reconhecida essa possibilidade, é preciso contestar acusações que vêm sendo formuladas na imprensa de que o PT teria aparelhado os cargos governamentais e de órgãos públicos ou empresas estatais que não são de carreira. Ao contrário do que se afirma, o PT agiu para que se respeitasse a continuidade funcional dos setores técnicos dos órgãos públicos, das empresas estatais e das autarquias. E a prova de que as funções técnicas foram preservadas está no fato de que mais de 30% dos cargos comissionados não foram trocados.

Diretores técnicos que serviram a administrações anteriores continuam servindo à atual administração. Em outros postos técnicos onde ocorreram mudanças, foram nomeados diretores que fazem parte do corpo funcional estável do órgão, da empresa, da autarquia ou do banco público. Somente nas direções superiores ocorreram mudanças mais significativas e, no caso dos integrantes do PT, procurou-se a observância dos dois critérios indicados acima.

Assim, não ocorreu na troca de comando do Estado uma "caça às bruxas", perseguição política ou voracidade partidária por cargos. Por incrível que pareça, o governo e o PT chegaram a ser acusados em matérias veiculadas por jornais de que estão mantendo em cargos de livre provimento integrantes nomeados pelo governo anterior, fato que não deixa de ser verdadeiro. O que não se pode aceitar agora é a acusação em contrário — a de que o partido estaria aparelhando esses cargos.

Em algumas instituições públicas que mantêm uma relação direta com a sociedade ou com movimentos sociais, o PT defendeu a tese de que se levasse em conta nas nomeações o critério da competência, associado à capacidade de interlocução e diálogo com os movimentos e com a sociedade. Em áreas como saúde, educação, reforma agrária etc., militantes e especialistas do PT construíram legitimidades e desenvolveram projetos de políticas públicas junto aos movimentos sociais correspondentes, fator que recomenda agora a nomeação de algumas dessas pessoas para postos diretivos do Estado ou de instituições públicas nessas áreas.

É preciso reconhecer ainda que é legítimo que o PT e seus aliados, respeitando e preservando sempre as especificidades técnicas e os critérios

de competência e idoneidade, nomeiem representantes seus para as direções superiores e os cargos comissionados de órgãos e empresas públicas. Esse é um procedimento de praxe quando mudam governos com orientações políticas e partidárias diferentes. Ou será que o governo Lula deveria governar com as direções e as pessoas comissionadas pelo governo anterior?

O PT tem consciência de que se faz necessária, no Brasil, uma profunda reforma administrativa e gerencial do Estado, com o objetivo de superar seus aspectos particularistas e privatizados, torná-lo mais eficiente, imprimindo-lhe um caráter mais público e republicano. Aliás, a reforma da Previdência deve ser vista também como um aspecto dessa reforma.

O Estado brasileiro apresenta um extraordinário nível de ineficiência. Enquanto as democracias mais avançadas do mundo já estão processando uma segunda reforma gerencial do Estado, buscando torná-lo eficiente em face das novas realidades, como a globalização e as mudanças tecnológicas, no Brasil não se conseguiu nem sequer realizar aspectos importantes da reforma que criou as burocracias públicas e profissionais dos Estados modernos.

Com efeito, em várias de suas esferas, o Estado brasileiro não conseguiu criar as exigências daquela burocracia especializada, altamente qualificada, preparada e treinada ao longo de anos para desempenhar a função pública. O sistema de carreiras do setor público padece de debilidades crônicas que desestimulam a competência e a meritocracia. Esta é uma das principais causas constitutivas da ineficiência administrativa do Estado que se projetou ao longo da nossa História moderna. Um elevado rendimento técnico do Estado se verifica somente onde as exigências de profissionalização e especialização foram atendidas e onde a competência funcional e o mérito prevaleceram como critérios de ascensão na carreira.

Outro aspecto da deformação do nosso aparato público administrativo, tanto na União quanto nos Estados e municípios, reside no fato de que há um excesso de cargos de livre provimento. São dezenas de milhares de cargos que podem ser trocados nas mudanças de governos. Essa situação conspira contra a eficiência, deforma as finalidades do poder público, introduz um grau de partidização excessivo em funções técnicas e é causa de parte significativa da corrupção.

Na nossa concepção, deveria existir um número mínimo de cargos de livre provimento, o suficiente para garantir a mudança de orientação política nas trocas de governo. Reformar o Estado brasileiro é uma tarefa imperativa. Mas ela não pode ser exclusiva nem do PT nem do governo, mas de todos os partidos e da sociedade. Ela só se realizará se for produto de uma construção consensual.

Presidente nacional do PT
Publicado pelo jornal O Estado de
S. Paulo em 30/8/2003

PT NOTÍCIAS

CUPOM DE assinatura

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:

Visa Mastercard Diners

Número do cartão: _____

Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte
Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO
Ralph Machado - MTB 21.131

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
Rodrigo Zamprogna

FOTOS
Arquivo PT, Divulgação, Agência Brasil e Presidência da República

SEDE

Rua Silveira Martins, 132,
São Paulo, SP,
CEP 01019-000
Tel.: (11) 3243-1313
Fax: (11) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na Internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares
Fotolitos e Impressão: Neo Graf

G O V E R N O

Dulci: PPA inova com meta social

FRUTO DE DEBATE
INÉDITO, PLANO
PLURIANUAL
TRAÇA OBJETIVOS
CLAROS ATÉ 2007

O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, apresentado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso no final de agosto, é o resultado de um processo inédito de participação social na administração pública federal. Pela primeira vez, representantes da sociedade civil foram ouvidos na elaboração do planejamento do Brasil para os próximos anos, participando decisivamente da definição do conteúdo do plano.

Os debates, que envolveram representantes de 2.170 entidades nos 26 Estados e no Distrito Federal, foram coordenados pela Secretaria Geral da Presidência da República, responsável pela interlocução política do governo com a sociedade. Os fóruns discutiram um texto-base elaborado pelo Ministério do Planejamento. Nesta entrevista ao **PT Notícias**, o ministro-chefe da Secretaria Geral, Luiz Dulci, fala sobre o compromisso do governo de ampliar a participação social e apresenta os avanços do novo PPA nos investimentos sociais e na infra-estrutura para o crescimento.

Qual a relação entre o processo de elaboração do Plano Plurianual e o compromisso do PT de ampliar os espaços de participação social no governo?

A elaboração do PPA foi um vasto processo de planejamento participativo. Junto com as conferências temáticas e setoriais, com a valorização dos conselhos já existentes no âmbito do governo e a criação de novas instâncias, como o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), o processo de discussão do PPA estabeleceu um patamar completamente novo de participação social na elaboração de políticas públicas federais. Isso nunca aconteceu. É uma atitude inédita do governo na relação com a sociedade. Uma aposta no fortalecimento da sociedade civil, na sua autonomia e independência. Lula empenhou-se pessoalmente nesse processo, que envolveu diretamente 28 ministros em debates nos Fóruns da Participação Social. O presidente quer a sociedade participando do jogo, e não apenas torcendo na arquibancada.

Como se organizou o processo de participação na elaboração do PPA?

Entre os meses de maio e agosto, a Secretaria Geral da Presidência coordenou, junto com o Ministério do Planejamento, a realização dos Fóruns Estaduais da Participação Social. Em cada um dos 26 Estados e do Distrito Federal, reunimos as mais representativas organizações da sociedade para debater as novas diretrizes e prioridades do país. Para debater o novo modelo de desenvolvimento nacional, de caráter democrático-popular. A participação foi intensa: 2.170 entidades de todo o



Lula ouve o ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência, na entrega dos relatórios do PPA 2004-2007



Favela em Recife; plano prevê recursos para habitação

país participaram dos fóruns. Reunimos representantes de trabalhadores e empresários, da cidade e do campo, das diversas igrejas, de entidades culturais, de defesa do meio ambiente, da igualdade racial, de gênero, dos povos indígenas, da juventude. O resultado desses debates foi sintetizado em um documento elaborado pela Abong e Interredes, parceiras do governo na organização dos fóruns, e foi entregue ao presidente Lula e ao conjunto do Ministério em ato no Palácio do Planalto. Em suma, pela primeira vez, a riquíssima diversidade social brasileira foi ouvida e opinou para valer no planejamento de curto, médio e longo prazo do Brasil.

O que o PPA representa de novo na relação entre governo e sociedade?

O presidente Lula tem a firme convicção de que é preciso criar uma co-responsabilidade entre o governo e a so-

ciiedade para enfrentar o grande desafio de fazer o Brasil voltar a crescer com geração de emprego, distribuição de renda e justiça social. No dia 14 de agosto, quando recebeu em Brasília o resultado dos fóruns, o presidente disse que governo e sociedade tornaram-se parceiros na elaboração do PPA. Ninguém é co-responsável por algo de que não participou. A decisão do governo, portanto, foi de tirar a elaboração do PPA dos gabinetes de Brasília, de onde ele sempre foi ditado, e levá-la para um debate público. Isso permitiu a elaboração de um plano verdadeiramente sintonizado com as prioridades da grande maioria da população e conferiu uma legitimidade inédita, o que dá força para a execução dos projetos.

Quais prioridades o governo incorporou ao PPA, a partir dos fóruns da participação social?

Os fóruns deixaram mui-

Ministro é elo com a sociedade

O ministro Luiz Dulci, chefe da Secretaria Geral da Presidência, é o coordenador da interlocução política do governo com a sociedade. Os fundamentos dessa interlocução estão no texto "Governabilidade ampliada e participação social no Governo Lula", que é a transcrição revista de palestra de Dulci em janeiro no seminário "Democratizar a Democracia", no 3º Fórum Social

Mundial, em Porto Alegre. "Para um governo de mudanças, a participação social não é só útil: ela é imprescindível", define Dulci. "A eleição dá a legitimidade para fazer as mudanças, mas não garante que elas serão feitas, porque as mudanças têm de acontecer no dia-a-dia da vida social e política". O texto faz parte do livro "Governo e Sociedade Civil: um Debate sobre Espaços Públicos Democráticos", publicado pela Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais). Também pode ser visto no endereço www.planalto.gov.br/secgeral.

Como ficam os investimentos na área social?

Uma das grandes inovações do PPA 2004-2007 é que

ele estabelece, pela primeira vez, metas sociais para serem cumpridas no período. Por exemplo: até 2006 pretendemos que todas as crianças entre 7 e 14 anos estejam matriculadas no ensino fundamental. Também estabelecemos como meta para os próximos quatro anos reduzir em 25% o déficit habitacional, com a construção de 1,2 milhão de moradias. Até o final do PPA, pretendemos ampliar em 9 milhões a quantidade de famílias com acesso a abastecimento de água e saneamento nas cidades. No campo da reforma agrária, um compromisso do governo, o PPA prevê a consolidação de assentamentos precários e a realização de novos assentamentos para atender 265 mil famílias. O estabelecimento de metas sociais, com o mesmo rigor das metas econômicas e de infra-estrutura, reflete um compromisso de governo e a orientação das organizações participantes do debate.

to claro que a sociedade quer ver o país voltar a crescer, mas de maneira que os benefícios do crescimento sejam para o conjunto da população e não apenas para os setores que sempre fizeram prevalecer seus interesses. Daí, a necessidade de fortes investimentos na área social e na infra-estrutura para o crescimento. Sem crescimento da economia não há como resgatar a dívida social acumulada pelo país ao longo de décadas. Sem melhorar, e muito, os níveis de atenção à saúde, saneamento, educação e habitação, não se pode planejar e, sobretudo, construir um país melhor e mais justo. Essas duas convicções, que se expressaram muito fortemente em todos os fóruns, estão incorporadas no PPA que o governo enviou ao Congresso no final de agosto.

ele estabelece, pela primeira vez, metas sociais para serem cumpridas no período. Por exemplo: até 2006 pretendemos que todas as crianças entre 7 e 14 anos estejam matriculadas no ensino fundamental. Também estabelecemos como meta para os próximos quatro anos reduzir em 25% o déficit habitacional, com a construção de 1,2 milhão de moradias. Até o final do PPA, pretendemos ampliar em 9 milhões a quantidade de famílias com acesso a abastecimento de água e saneamento nas cidades. No campo da reforma agrária, um compromisso do governo, o PPA prevê a consolidação de assentamentos precários e a realização de novos assentamentos para atender 265 mil famílias. O estabelecimento de metas sociais, com o mesmo rigor das metas econômicas e de infra-estrutura, reflete um compromisso de governo e a orientação das organizações participantes do debate.

Que direção os fóruns apontaram para os investimentos em infra-estrutura?

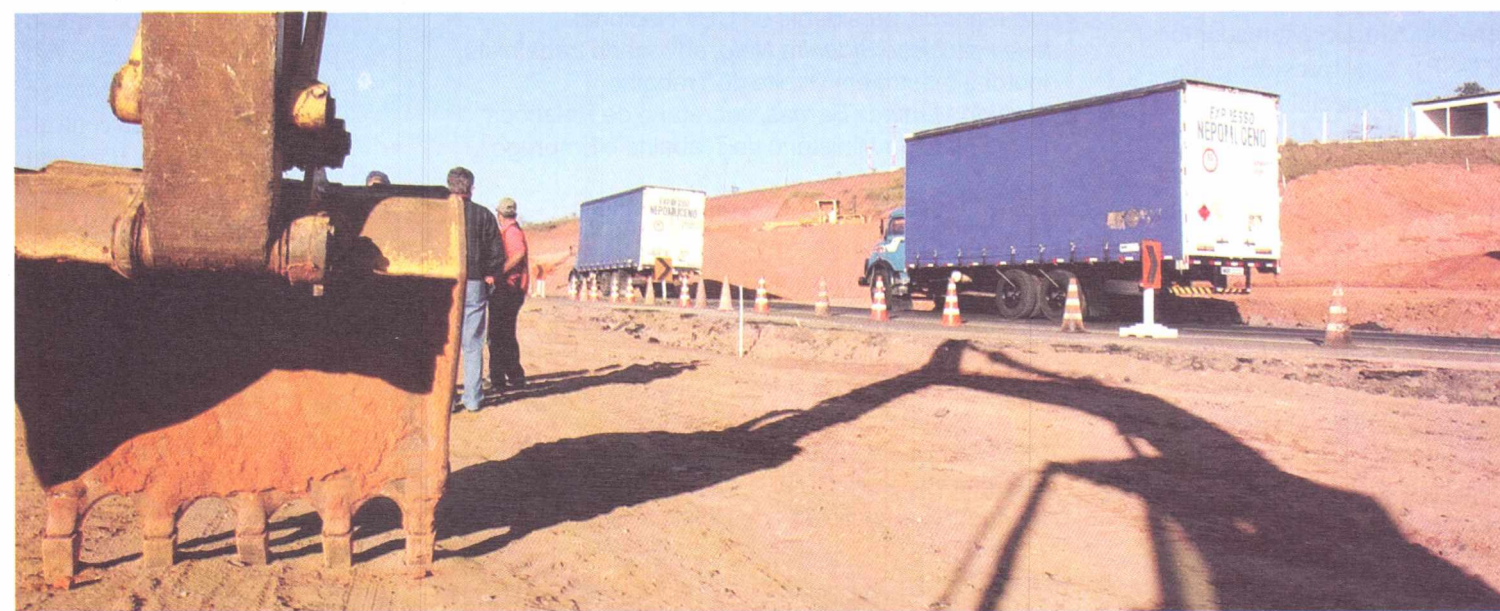
Os investimentos públicos em obras prioritárias de infra-estrutura para os próximos quatro anos serão da ordem de R\$ 215 bilhões, principalmente na geração e distribuição de energia elétrica, que quase entrou em colapso no último governo. Vamos aumentar em 15% a oferta de energia, para garantir o abastecimento e a ampliação de nossa capacidade industrial. Isso é fundamental para sustentar um novo ciclo de crescimento com distribuição de renda, geração de empregos na escala necessária e inclusão social. Também vamos investir fortemente na construção e recuperação de estradas, portos e aeroportos, para garantir a circulação de produtos internamente e o aumento das exportações. Os fóruns também destacaram algo que considero fundamental: a importância da sustentabilidade ambiental das obras de infra-estrutura. Isto é, na própria concepção das obras e não só depois que elas estão prontas.

O PPA pressupõe uma retomada do crescimento econômico já a partir do primeiro ano. Isso é factível?

Não só é possível como absolutamente necessário. Na verdade, nossa expectativa, a partir de vários indicadores, é de que o país retome a trajetória de crescimento já a partir de 2003. O que não queremos nem faremos é adotar políticas que não se sustentem, bolhas de crescimento. Nós acreditamos que é possível e necessário crescer com estabilidade, não em detrimento dela. Durante muito tempo, no Brasil e em outros países, o debate econômico girou em torno de um falso dilema: crescer com inflação ou combater a inflação sem crescer. Dedicamos os primeiros meses do governo à recuperação da estabilidade que havia sido perdida no ano passado. Essa política custou sacrifícios ao governo e ao país, mas foi coroada de êxito e agora, a partir do PPA, podemos dobrá-la numa política de crescimento com estabilidade. Nossa estimativa bastante realista é de que o PIB [Produto Interno Bruto, soma de bens e serviços produzidos no país] cresça 3,5% em 2004 e alcance os 4,5% em 2005. Recuperamos a credibilidade interna e externa para que isso ocorra e nos permita buscar investimentos privados e parcerias, interna e externamente, para um novo ciclo de crescimento sustentado.

Quando o resultado dos fóruns se transformará em políticas de governo?

Já se transformaram. O processo de discussão do PPA permitiu ao governo enviar ao Congresso um projeto de lei do Orçamento para 2004 diferente e melhor do que o recebemos para 2003. Teremos R\$ 40 bilhões a mais do que este ano para investir na área social e em infra-estrutura para o crescimento. O primeiro Orçamento do governo Lula já incorporou bastante, apesar das dificuldades do país, que ninguém ignora, as prioridades levantadas nos fóruns estaduais.



Obras na rodovia Fernão Dias, em Minas Gerais; investimentos em infra-estrutura estão incluídos no Plano Plurianual

TRABALHO

Lula celebra os 20 anos da CUT

PRESIDENTE DIZ QUE ESPERA SER COBRADO E QUE VAI COBRAR DOS SINDICALISTAS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, no último dia 28 de agosto, da comemoração dos 20 anos da CUT (Central Única dos Trabalhadores). O evento foi no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo (SP), mesmo local onde, em 1983, foi fundada a entidade.

Lula subiu ao palco com a primeira-dama, Marisa, por volta das 22h45. Bem-humorado, discursando de improviso por cerca de 40 minutos, lembrou sua história como sindicalista e fundador da CUT e disse que espera cobranças dos sindicalistas, mas que irá cobrá-los também.

“Estamos tentando construir uma nova nação e sei que não é fácil, mas quando pensei na reforma da Previdência, pensei não na próxima eleição, mas pensei nas nossas futuras gerações nos meus e nossos filhos e netos”, afirmou, ao citar as reformas.

O presidente fez questão de falar sobre “a necessidade de mudar a estrutura sindical brasileira”. Lembrou que, desde sua época como sindicalista, a luta sempre foi no sentido de aproximar ao local de trabalho dos trabalhadores a organização sindical. “Sempre foi a razão de ser do movimento sindical.”

Para Lula, é fundamental a postura sindical diante dos trabalhadores. “Quanto sindicatos de carimbo existem no país, quanto trabalhadores são sindicalizados?”

Ainda sobre as reformas, o presidente aproveitou para elogiar o trabalho do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e destacou o que considera uma atitude “heróica” do ministro, durante a aprovação da reforma da Previdência, que chegou na quinta-feira, dia 28, ao Senado, onde terá de passar por dois turnos de votação no plenário.

O presidente acredita que o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, também vai enfrentar uma batalha dura para aprovar a reforma trabalhista. “Mas ele (Wagner) será um herói também”, apostou.

Jogo no começo

Lula finalizou seu discurso ressaltando que o jogo político das reformas está penas começando. Pediu, também, que as pessoas não depositem a responsabilidade na pessoa do presidente. “Temos de depositar a responsabilidade das mudanças nas costas de cada um de nós”, concluiu.

Além dos dois ministros, acompanhavam Lula o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Estiveram presentes também os prefeitos petistas do ABC, deputados e vereadores.

O anfitrião da festa, o presidente da CUT, Luiz Marinho, aproveitou para empregar os novos membros da Executiva Nacional. Ele também lembrou um compromisso que considera fundamental: “Em 20 anos, acabar com a exclusão social no Brasil”.



O presidente Lula, durante a festa dos 20 anos da CUT realizada no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo (SP)

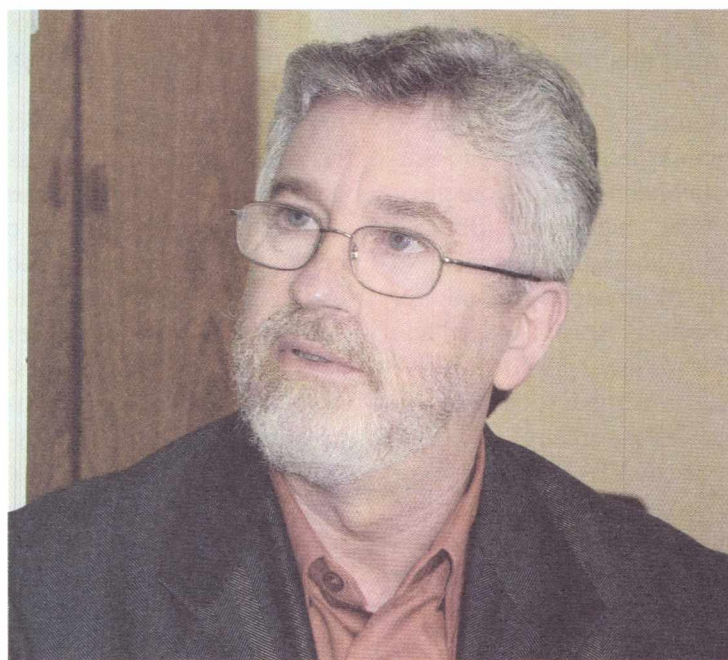
PT promove seminário sindical

Nos próximos dias 18 e 19 ocorrerá em Brasília o seminário “O PT e as reformas sindical e trabalhista”, promovido pela Secretaria Sindical Nacional do PT. O evento tem o objetivo de ampliar a discussão sobre as reformas e envolver a militância petista e suas lideranças.

O seminário quer reunir representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), das CUTs estaduais, delegados regionais do Trabalho, senadores, deputados federais, ministros, membros do Diretório Nacional, governadores, representante de diretórios estaduais, membros do coletivo sindical nacional e representantes das confederações, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e da Fundação Perseu Abramo.

Além da coordenação do secretário sindical nacional do PT, João Felício, o evento prevê a participação do presidente nacional do PT, José Genoíno, do ministro do Trabalho, Jaques Wagner, do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, do presidente da CUT Nacional, Luiz Marinho, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e do presidente da Comissão Especial de Reforma Trabalhista da Câmara, deputado Vicente Paulo da Silva (PT-SP), o Vicentinho, entre outros.

O evento será no Blue Tree Park Hotel (SHTN, trecho 01, 1B, bloco C, fone 0xx61-424-7000) e as confirmações devem ser feitas pelos telefones da Secretaria Sindical Nacional com Angela ou Luizão, pelos tels (0xx11) 3243-1368/1369, fax (0xx11) 3243-1370 e e-mail sindical@pt.org.br.



João Felício, novo secretário Sindical Nacional do PT

PROGRAMAÇÃO

18 de setembro

● 14h

GOVERNO LULA E AS REFORMAS

- José Genoíno, presidente nacional do PT
- Jaques Wagner, ministro do Trabalho
- João Paulo Cunha, presidente da Câmara
- João Antonio Felício, secretário Sindical Nacional do PT (coordenador)

● 15h às 18h

NECESSIDADE DAS REFORMAS SINDICAL E TRABALHISTA

- Luiz Marinho, presidente da CUT Nacional
- José Francisco Siqueira Neto, advogado trabalhista, doutor e mestre em Direito do Trabalho
- Osvaldo Martinez Bargas, secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego

19 de setembro

● 9h às 13h

PROPOSTAS PARA UMA NOVA LEGISLAÇÃO SINDICAL E TRABALHISTA

- Aloizio Mercadante, senador
- Vicentinho, deputado e presidente da Comissão Especial de Reforma Trabalhista da Câmara
- Artur Henrique da Silva Santos, secretário Nacional de Organização da CUT
- Rosane Silva, secretária de Políticas Sindicais da CUT

● 14h às 17h

Propostas, encaminhamentos e encerramento

Aprovação cresce, diz Datafolha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atingiu sua maior aprovação após completar oito meses de mandato. Segundo pesquisa Datafolha entre os dias 20 e 23 de agosto, o desempenho de Lula é ótimo ou bom por 45% dos entrevistados, três pontos percentuais acima do verificado na pesquisa anterior, de junho.

Nesse mesmo período, há oito anos, Fernando Henrique Cardoso registrava 39% de avaliação positiva. Na época, o governo tucano vivia a euforia do Plano Real, adotado em julho de 1994.

Dos entrevistados, 42% disseram considerar o governo Lula regular. Apenas 10% o julgaram ruim ou péssimo. Não souberam responder 3% dos entrevistados. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos, para mais ou para menos. O Datafolha ouviu 2.605 pessoas em 130 municípios.

Segundo o corte por ocupação profissional, os menores índices de ótimo/bom conseguidos por Lula estão entre funcionários públicos (38%) e empresários (35%).

Os assalariados, com ou sem registro em carteira de trabalho, estão entre os que mais aprovam o governo, ao lado dos aposentados. Entre os assalariados registrados, 50% consideram Lula ótimo ou bom; entre os sem carteira e os aposentados, 49%.

No Nordeste, subiu de 42% para 48% a proporção de entrevistados que disseram considerar o governo ótimo ou bom. A proporção de mulheres que partilham dessa avaliação subiu de 39% para 44%, enquanto entre os homens os índices de ótimo/bom ficaram estacionados em 46%. Entre as pessoas de 25 a 34 anos, subiu de 42% para 47% a fatia de pessoas que avaliaram melhor o governo Lula.

O presidente obtém as maiores avaliações de ótimo/bom entre os homens (46%), os jovens entre 16 e 24 anos (48%), as pessoas que concluíram ensino superior (48%) e as que têm renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos (47%). Por esses sexo, idade, escolaridade e renda, o menor índice de ótimo/bom obtido pelo governo é de 42%.

Antes do Datafolha, a avaliação positiva do governo havia sido detectada em pesquisa do Instituto Sensus encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

A avaliação positiva passou de 46,3% em julho para 48,3% em agosto, enquanto a negativa oscilou de 10,3% para 10%. A avaliação regular variou de 38,8% para 38,6% em agosto.

O Instituto Sensus entrevistou 2.000 pessoas entre os dias 20 e 22 de agosto em 195 municípios. A margem de erro é de até três pontos percentuais.

Secretário assumiu no dia 14

O novo secretário Sindical Nacional do PT, João Felício, tomou posse no dia 14 de agosto. Em entrevista, Felício reiterou que sente, em seu contato com o movimento sindical, que há um grande despreparo da militância no sentido de discutir as reformas e as ações em geral do governo Lula.

“Vamos nos antecipar nos debates dentro do setor sindical para nos prepararmos bem quando os debates vierem a público”, afirmou Felício. Ele substituiu no cargo HeiguiBERTO Guiba Navarro, que assumiu a Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo.

Questionado por jornalistas, o dirigente afirmou que seu cargo não confronta com o pensamento da CUT. “De forma alguma existe confronto porque, enquanto secretário do partido, sigo as posições que o partido defende”, disse Felício, que foi presidente e é secretário-geral da central.

O presidente nacional do PT, José Genoíno, que participou da posse, acrescentou que o PT respeita a individualidade das posições da CUT, “assim como a CUT respeita as posições do PT.” Ele ressaltou que o partido terá de exercer um “novo aprendizado”, já que há duas autonomias em jogo: do PT em relação ao governo e do PT em relação à central sindical.

PARTIDO

Executiva suspende 8 deputados



No evento, o jornalista Paulo Markun entrevista os prefeitos Dedé Teixeira (Icapuí) e Chico Ferramenta (Ipatinga)

Campanha terá padrão em 2004

O PT saiu na frente e já “entrou em campo” para as eleições municipais de 2004. Este foi o clima no encerramento do 1º Seminário de Comunicação e Propaganda Eleitoral do PT, ocorrido em Belo Horizonte, entre 28 e 30 de agosto.

O presidente nacional do PT, José Genoino, defendeu, durante o evento, a importância do “padrão de comunicação” nas campanhas eleitorais do PT. O dirigente petista afirmou que o PT tem grandes projetos para disputar em cada cidade do país e está profissionalizando sua comunicação para apresentá-los de forma adequada. “Conseguimos estabelecer um padrão de comunicação no PT e queremos avançar a partir do que construímos na campanha de 2002”, explicou.

O secretário nacional de Comunicação do PT, Ozeas Duarte, também ressaltou os objetivos “técnicos e operacionais” do evento, que reuniu mais de cem prefeitos e responsáveis pela campanha eleitoral do PT, em 2004, em todo o país. “Não se trata de uniformizar a linguagem, devido à diferença das realidades locais, mas pegar o que

é universal”, declarou.

Num recado dirigido à oposição que o PT vai enfrentar nas eleições municipais de 2004, José Dirceu disse, em Belo Horizonte, que “podem vir quentes que nós estamos fervendo”. Ele deixou claro que o partido não vai entrar nas disputas municipais do ano que vem na defensiva. “Eleição municipal é eleição local e os nossos prefeitos estão bem”, afirmou. Segundo o ministro, as prefeituras do PT são um patrimônio eleitoral valioso.

O ministro garantiu que o partido está preparado para encarar as eleições municipais. “Temos o que apresentar para o povo brasileiro. O PT tem voto, tem base social, eleitoral e liderança. Os nossos prefeitos têm capacidade de articulação política, o que garante alianças sólidas”, afirmou.

Evento piloto

As exposições de especialistas demonstraram a importância do partido estar à altura da mudança significativa ocorrida no perfil do eleitor, desde a retomada da democracia plena no país. As últimas eleições demonstram um eleitorado mais politiza-

do, mais informado e mais consciente de seu próprio papel.

O eleitor, segundo exposição de representantes do Ibope, do Vox Populi e da Fundação Perseu Abramo, está mais realista, avesso a promessas mirabolantes, repudia campanhas manipulativas. Segundo o publicitário Duda Mendonça, contratado pelo PT, o eleitor está mais intolerante com agressões entre candidatos, pois quer uma campanha pedagógica sobre como os problemas de seu município podem ser resolvidos. “Para ele, falar mal dos outros é um grave defeito”, disse. Ele afirmou que seu trabalho é formatar o conteúdo e dar uma linguagem mais profissional aos eventos do partido.

Este primeiro seminário, será um “piloto”, também para avaliar a realidade das cidades menores. Assim, ele pode trazer mais subsídios ao seminário que deve ocorrer em dezembro, quando as equipes responsáveis pela campanha estarão mais definidas.

Critério operacional

“A preocupação desde o

início é a eleição de 2004”, afirmou Ozeas. O dirigente do PT explicou que a estrutura eleitoral é autônoma às instâncias partidárias do ponto de vista operacional, daí a preocupação técnica com a seleção dos participantes.

O petista ficou surpreso com a alta receptividade ao seminário, que recebeu 500 participantes, entre prefeitos e responsáveis pela comunicação das prefeituras e campanhas eleitorais. Atualmente o PT administra 188 municípios, sendo oito capitais.

Segundo Ozeas, ao intensificar o debate das políticas de comunicação, o PT tem como meta aumentar o índice de reeleição dos atuais prefeitos do partido, que em 2000 ficou em 49%, e multiplicar os municípios com o “modo petista de governar”.

O evento contou com palestras sobre marketing político, pesquisas eleitorais, acompanhamento jurídico, relação com a mídia e plano estratégico. Além dos destaques administrativos do PT, houve palestras de Dirceu e do secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, entre outros.

PARLAMENTARES QUE DESCUMPRIRAM RESOLUÇÃO DO DN E DA CEN SÃO AFASTADO DA BANCADA POR 60 DIAS

A Comissão Executiva Nacional decidiu, no último dia 1º, aplicar pena de desligamento temporário aos oito deputados federais que contrariaram resoluções do Diretório Nacional e da própria CEN, que haviam fechado questão sobre o voto a favor da reforma da Previdência. No primeiro turno de votação na Câmara, os oito deputados se abstiveram. No segundo turno, sete mantiveram esse voto — a deputada Maninha (DF) estava em missão oficial no exterior, mas sustentou a posição — e o deputado Walter Pinheiro votou contra a proposta.

O presidente nacional do PT, José Genoino, disse que a decisão da CEN visou preservar a bancada e o partido e manter um bom relacionamento com os parlamentares envolvidos. “A Executiva decidiu pela reconstituição da relação com os parlamentares e não com o aprofundamento de um conflito”, disse. A decisão foi tomada por 12 votos contra 5.

“Não há uma posição de confronto com a disciplina partidária e de oposição ao governo, por parte destes parlamentares”, disse Genoino, ressaltando que a decisão ficou circunscrita ao exercício parlamentar na bancada. O dirigente petista lembrou que os parlamentares continuam com seus cargos eletivos nas comissões da Câmara, embora não possam participar de comissões especiais.

Em entrevistas a diferentes veículos, os deputados pu-

nidos comentaram a decisão e ressaltaram que não pretendem deixar o partido. Maninha, Orlando Fantazzini (SP), Ivan Valente (SP), João Alfredo (CE) e Chico Alencar (RJ) afirmaram que consideraram a punição muito alta, declarando ainda que não teriam tido direito à defesa — Genoino relatou, porém, que houve “de três a quatro” reuniões com os parlamentares, até momentos antes da votação.

“Foi uma pena muito severa”, afirmou Maninha. “Reconheço que o partido tem o direito de sancionar, mas acho que foi uma punição muito alta”, afirmou Fantazzini. “Eu digo que é um preço alto por manter a coerência com noções históricas do PT”, disse Valente. “Não nos foi dado direito de defesa, mas nessa altura não se tem mais parâmetros para esperar alguma coisa do PT”, afirmou João Alfredo. “Os mesmos que defenderam essa punição forte são liberais nas relações do PT com outras forças políticas”, disse Alencar.

Na terça-feira, os oito parlamentares reuniram-se em Brasília e decidiram apresentar um recurso ao Diretório Nacional. Eles também vão pedir a antecipação da reunião do DN marcada para outubro, quando devem ser analisados os casos dos deputados Babá (PA) e Luciana Genro (RS) e da senadora Heloisa Helena (AL), submetidos à Comissão de Ética e Disciplina, e do deputado João Fontes (SE), enviado diretamente para análise do DN.

Confira a resolução

Resolução da Comissão Executiva Nacional do PT sobre as abstenções de parlamentares na votação da Reforma da Previdência

1) Considerando que o Diretório Nacional do PT, em reunião realizada nos dias 12 e 13 de julho, aprovou diretriz a ser cumprida, com fechamento de questão, por todos os parlamentares da bancada no Congresso Nacional na aprovação das reformas da Previdência e tributária, “estabelecendo a obrigatoriedade do voto nas PECs 40 e 41, nos termos definidos pelo governo, sem prejuízo de negociação de emendas”;

2) Considerando que o Diretório Nacional delegou à Executiva e às bancadas a definição dos pontos a serem negociados e que resolveu, ainda, que na medida em que as reformas da Previdência e tributária envolvem apenas questões de natureza política e técnica, não se aplica, neste caso, o disposto no § 2º do artigo 67 do Estatuto do Partido, relativo à dispensa do cumprimento de decisão coletiva motivada por “grave objeções de natureza ética, filosófica ou religiosa, ou de foro íntimo”;

3) Considerando que a Executiva e a bancada petista na Câmara reiteraram o fechamento de questão, estabelecendo a obrigatoriedade do voto para todos os parlamentares;

4) Considerando que, durante a votação da reforma da Previ-

dência em primeiro turno de votação na Câmara, oito parlamentares, Walter Pinheiro, Chico Alencar, Maria José Conceição (Maninha), Ivan Valente, Mauro Passos, João Alfredo, Paulo Rubem e Orlando Fantazzini, se abstiveram da votação do texto principal, e que, no segundo turno de votação, Walter Pinheiro votou contra o texto principal e os parlamentares repetiram o gesto de abstenção;

5) Considerando que a atitude dos parlamentares citados constituiu violação da disciplina e da fidelidade partidárias nos termos definidos pelos Artigos 209 e 211 do Estatuto do PT;

6) Considerando que o parágrafo 3º do Artigo 211 combinado com o parágrafo 8º do artigo 210 autoriza a Comissão Executiva a adotar medidas disciplinares previstas no mesmo Artigo em caso de descumprimento pelos filiados parlamentares de decisão relativa a “fechamento de questão”;

A Comissão Executiva do Diretório Nacional do PT, com base nestes considerandos e no previsto pelo Artigo 211 do Estatuto do Partido, resolve:

Aplicar a pena de desligamento temporário da bancada, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, aos oito deputados acima citados, com suspensão do direito de voto nas reuniões internas e a proibição de representar, durante aqueles 60 dias, a bancada do partido na Câmara dos Deputados.

São Paulo, 1º/9/2003

CONGRESSO

Reforma tributária é aprovada

A Câmara dos Deputados aprovou a reforma tributária, em primeiro turno, por 378 votos a favor e 53 contra. Eram necessários 308 votos para a aprovação. A emenda recebeu oito destaques de bancada e 40 emendas aglutinativas, que ainda serão discutidos pelos deputados. “Teremos ainda muito debate”, afirmou o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), que comandou a sessão de votação — que avançou pela madrugada do dia 4.

Fechados principalmente em sucessivas reuniões ao longo de três dias, os acordos finais atenderam interesses do

Executivo, setor produtivo, Estados e municípios. Após o segundo turno, alterações deverão ser feitas no Senado.

A aprovação do texto foi considerada positiva pelo líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA). “Conseguimos fazer um acordo satisfatório. A reforma tributária é neutra, não tem objetivo de aumentar carga tributária, que já foi muito elevada nos últimos anos. É positiva porque desonera as exportações, os alimentos e medicamentos básicos e promove o desenvolvimento. Até o último minuto todos participaram das negociações”, disse.

“É uma reforma tributária corajosa que faz o Brasil crescer e abre as portas para que o país ingresse num sistema competitivo e incentive investimentos, com a defesa do contribuinte”, afirmou o relator, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

Os principais pontos da emenda estabelecem que a CPMF (o “imposto do cheque”) continuará provisória e será prorrogada até 2007, com alíquota de 0,38%. Além disso, criam as chamadas “travas” contra o aumento de impostos, defendidas por Estados e empresários.

A reforma prevê a unifi-

cação da lei do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e estabelece cinco alíquotas, de no máximo 25%. Também prevê um período de transição de 11 anos para a mudança da cobrança do ICMS da origem (onde o bem é produzido) para o destino (onde é consumido). Hoje, o imposto é cobrado principalmente na origem.

A transição também será aplicada à guerra fiscal. Na prática, a emenda veta que Estados concedam novos benefícios e estabelece prazo de 11 anos para o fim dos atuais incentivos fiscais.

(Da Agência Informes)

G E S T Ã O

Seis prefeituras disputam prêmio

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ESCOLHE ADMINISTRAÇÕES PETISTAS ENTRE OS FINALISTAS

Projetos desenvolvidos por seis prefeituras administradas pelo PT estão entre os 24 finalistas da 3ª edição do Programa Caixa Melhores Práticas em Gestão Local. Os finalistas foram selecionados entre 259 inscritos e 100 analisados pelos comitês de avaliação regional, no período de 28 de julho a 1º de agosto.

Os projetos de gestão local do PT que foram selecionados solucionam problemas de habitação, regularização fundiária e saneamento em seus municípios, além de desenvolver práticas paralelas de estímulo à educação e cidadania da população. As prefeituras petistas que estão na final são as seguintes: Caxias do Sul (RS), Concórdia (SC), Ipatinga (MG), Goiânia (GO), Pintadas (BA) e Sacramento (MG). Na edição anterior do prêmio, quatro projetos petistas foram finalistas e três venceram.

O prêmio da CEF analisa o potencial que as melhores práticas em gestão local têm de replicação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos.

Os vencedores receberão um certificado e R\$ 25.000 a serem aplicados na melhoria da prática premiada.

A CEF também vai inscrever as dez práticas selecionadas no Concurso Internacional de Dubai (Emirados Árabes Unidos), em 2004, que prevê a distribuição de US\$ 300 mil para as dez melhores práticas do mundo, classificadas segundo os critérios estabelecidos pelo Hábitat, órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) que trabalha com as cidades.



Moradias construídas no Aglomerado do Bethânia, que antes era uma favela com famílias em áreas de risco



Residencial que abriga famílias removidas em Goiânia



Núcleo Habitacional Marianinha de Queiróz, em Caxias

Goiânia melhora casas

Por meio do programa Fora de Risco, da Prefeitura de Goiânia (GO), a gestão do prefeito Pedro Wilson (PT) pretende melhorar as condições de moradia e eliminar todas as situações de risco para famílias que vivem precariamente.

O programa, que inclui projetos financiados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento, pela União e pela prefeitura, já possibilitou a construção de 742 unidades habitacionais e dois centros de convivência, além da execução de obras de infra-estrutura urbana e trabalho social em bairros.

Quando assumiu, a atual gestão estimou que cerca de 7.000 famílias viviam em situação de risco. Hoje, já foram transferidas de casas 1.742 famílias e outras 1.000 foram beneficiadas com obras de infra-estrutura, drenagem e pavimentação.

Desde a implantação do projeto, o processo de ocupação desordenada se estagnou, sem qualquer registro de reocupações. “Este é um programa de grande abrangência social, porque nos preocupamos não somente em dar moradia digna para as famílias, mas garantir suas relações sociais”, afirmou o prefeito.

Caxias ajuda carentes

O projeto “Marianinha — Uma Experiência em Cooperativa”, desenvolvido pela Prefeitura de Caxias do Sul (RS), relata a trajetória de 155 famílias de baixa renda, que viviam em áreas de risco e que conseguiram, através do cooperativismo e da parceria com o poder público e a Caixa Econômica Federal, solucionar o seu problema habitacional.

O Núcleo Habitacional Marianinha de Queiróz é resultado do Programa de Regularização Fundiária desenvolvido pela prefeitura. Além de oferecer moradia, o programa oferece acesso a equipamentos e serviços públicos

de saúde, educação, lazer, transporte, água, luz e esgoto.

A cooperativa, criada pelos moradores diante da ameaça de reintegração de posse do terreno, passou a participar, em 1997, grupos de discussões com o prefeito Gilberto Pepe Vargas (PT) sobre as intervenções que poderiam ser feitas no local. Como resultado, a comunidade recebeu da prefeitura, em abril de 2002, cinco prédios com 80 apartamentos e 40 sobrados, estação de tratamento de esgoto e instalação de rede de esgoto sanitário, e asfalto na rua principal, um investimento total de R\$ 1,59 milhão.



Moradores constroem casa em mutirão em Sacramento



Integrantes da cooperativa de catadores de Concórdia



Vista aérea de Pintadas, cidade administrada pelo PT

Sacramento faz mutirão

A Prefeitura de Sacramento (MG) elaborou uma proposta de habitação que conta com a participação da própria população carente, tanto no projeto quanto na construção das casas. Pelo Projeto Cajuru, como é conhecido, as próprias famílias aprendem a fabricar os tijolos como forma de reduzir custos.

Segundo o prefeito Nobuhiro Karashima (PT), reeleito em 2000, a construção através do sistema de mutirão reduz custos, além de contribuir para despertar nos cidadãos uma nova consciência e postura em torno de suas necessidades comuns.

Iniciado em 1998, o Projeto Cajuru já construiu 400 casas — o equivalente a 10% das moradias do município, que tem um déficit habitacional de mais 600 moradias.

Uma casa do projeto de 43,6 metros quadrados (dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro) custa em torno de R\$ 4.500, valor financiado à prefeitura pela Caixa Econômica Federal, via PSH (Programa de Subsídio à Habitação).

A prefeitura transfere a casa para as famílias, que pagam 72 prestações de R\$ 38. A próxima etapa do projeto prevê a construção de outras 300 moradias.

Concórdia fecha lixão

A Prefeitura de Concórdia (SC), por meio do Projeto Colibri, conseguiu desativar o lixão da cidade com a construção de um aterro sanitário, reduzindo sensivelmente a poluição atmosférica e, ao mesmo tempo, promovendo inclusão social.

As famílias que viviam dentro do lixão foram transferidas para casas de alvenaria. Segundo o prefeito Neodi Saretta (PT), a inclusão social tem se dado pelas ações de erradicação do analfabetismo de adultos, infra-estrutura habitacional adequada, organização de catadores de papel em cooperativa para geração de

emprego e renda; erradicação do trabalho infante-juvenil; e inserção das crianças na educação infantil.

Atualmente, cada um dos 35 catadores de papel da cooperativa recebe R\$ 450. Eles têm um galpão onde fazem a separação do material para vender para reciclagem.

“Fizemos o óbvio. O grande problema é que poucos enxergam o óbvio. É preciso ouvir a comunidade e pensar suas necessidades”, afirmou o prefeito. O Projeto Colibri recebeu investimentos da ordem de R\$ 1 milhão — sendo R\$ 450 mil do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Pintadas instala esgoto

O programa Pintadas Viva, resultado da articulação da Prefeitura de Pintadas (BA) com entidades sociais, já beneficiou, desde 2001, 65% da população com esgoto sanitário e estação de tratamento de água. “Antes não havia sistema de esgoto na cidade. Todo o esgoto caía no rio”, conta a prefeita, Neusa Cadore (PT).

O programa, antiga reivindicação do movimento de mulheres da cidade, foi impulsionado pela atual gestão, que participou auxiliando na mobilização social, formando uma rede para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Ipatinga promove inclusão

O Programa Viver Melhor, da Prefeitura de Ipatinga (MG), prevê uma série de intervenções físicas, sociais, ambientais e de regularização fundiária no Aglomerado do Bethânia — como é conhecida uma região que, antes da gestão petista, era uma grande favela num morro, sem saneamento ou passagens de pedestres e com famílias em áreas de risco.

O programa teve início em 2001 e beneficia diretamente 1.200 famílias. A prefeitura construiu 30 casas populares, urbanizou ruas e providenciou esgoto. Na próxima etapa, será construído um parque ecológico.

Além de ações nas áreas urbanística, ambiental, jurídica e econômica, o programa desenvolve práticas na área social, em parceria com entidades, como oficinas de educação ambiental nas escolas, grupos da terceira idade, construção de creches, entre outros.

O investimento total é de R\$ 10,2 milhões, dos quais R\$ 5 milhões destinados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o restante pela prefeitura. Só a regularização fundiária para concessão de uso dos terrenos custou R\$ 2,8 milhões.

Segundo o prefeito Chico Ferramenta (PT), o projeto permite que os moradores ajudem a manter e fiscalizar obras. “É também um grande orgulho poder oferecer um endereço para essas pessoas”, diz. Ipatinga, governada pelo PT desde 89, é uma das poucas no país que têm 100% de cobertura de água e esgoto.